

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

TÍTULO EM INGLÊS

DISTANCE EDUCATION IN UNDERGRADUATE EDUCATION IN BRAZIL

- **Pedro Pascoal Sava** (UNISUAM – ppascoal@unisuam.edu.br)
- **Ana Cecília Machado Dias** (UNISUAM – anaceciliadias@hotmail.com)
- **Helena Portes Sava de Farias** (UNISUAM – helenasava@gmail.com)
- **Bruno Matos de Farias** (UNISUAM – bmfarias@gmail.com)

Resumo:

A Educação a Distância (EAD) é uma forma de ensino/aprendizagem que diverge da modalidade presencial por ser realizada por meio de utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs), permitindo que o professor e o aluno estejam em ambientes físicos diferentes. Moore e Kearsley (2013) afirmam que a EAD ocorre em uma plataforma na internet denominada de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Este tipo de educação está sendo cada vez mais utilizado na Educação Básica, na Educação Superior (Graduação e Pós-Graduação), nos cursos Técnicos, Profissionalizantes, nos de Aperfeiçoamento, dentre outros. O objetivo deste artigo é apresentar uma visão da EAD no ensino de Graduação no Brasil, com foco nas políticas educacionais, nos polos de EAD e na evasão dos estudantes nesta modalidade de ensino. A metodologia da pesquisa é qualitativa, bibliográfica e exploratória. A busca dos artigos foi realizada na base de dados Google acadêmico, tomando os últimos cinco anos (2013-2017), dos quais foram selecionados oito artigos. Os resultados dos dados foram realizados de acordo com a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), sendo divididos em três categorias: Categoria 1: Políticas Educacionais; Categoria 2: Polos de EAD; Categoria 3: Evasão na EAD. Conclui-se que a Educação a Distância contribui para elevar a qualidade do ensino superior no Brasil, além de alcançar o estudante aonde o ensino presencial não chega.

Palavras-chave: Educação a Distância. Graduação. Polo EAD. Evasão. Política Educacional.

Abstract:

Distance Education (EAD) is a form of teaching/learning that differs from the face-to-face mode because it is carried out through the use of information and communication technologies (ICTs) allowing the teacher and the student to be in different environments. Moore and Kearsley (2013) claim that EAD occurs on an internet platform called the Virtual Learning Environment (AVA). This type of education is increasingly being used in basic education, higher education (undergraduate and graduate studies), technical courses, vocational courses, improvement courses, among others. The aim of this article is to present a vision of EAD in undergraduate education in Brazil while focusing on educational policies, the centres of EAD and the avoidance of students in this modality of teaching. The methodology of the research is qualitative, bibliographic and exploratory. The results of the data were carried out according to the content analysis of Laurence Bardin (2011), being divided into three categories. Category 1: educational policies; Category 2: Poles of EAD; Category 3: Evasion in EAD. It is concluded, distance education contributes to increase the quality of higher education in Brazil and reach people where presential mode does not.

Keywords: *Distance education. Graduation. Distance pole. Evasion. Educational policy.*

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma visão da EAD no ensino de Graduação no Brasil, com foco nas políticas educacionais, nos polos de EAD e na evasão dos estudantes nesta modalidade de ensino.

A Educação a Distância (EAD) no Brasil, ao longo de sua história, teve uma evolução lenta e por muito tempo rejeitada pelos estudantes e professores. No final do século XX e início do século XXI, com a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), iniciou seu crescimento tornando-se uma modalidade de ensino que hoje atende a todos os níveis e modalidades formais e não formais, oferecendo capacitação para a melhoria da qualificação técnica, em busca de melhor desempenho nas atividades profissionais.

O presente trabalho é fundamentado em conhecimentos adquiridos durante a realização do curso de Docência On-line – Tutoria em EAD, realizado no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), e em pesquisa bibliográfica.

Durante a realização do curso observamos que o estudante é corresponsável pelo seu processo de aprendizagem, construindo conhecimentos e desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, no tempo e no local que lhe são adequados, sem a participação em tempo integral de um professor, tornando-se assim o sujeito principal de sua formação.

Segundo Moore e Kearsley (1996), a Educação a Distância é caracterizada pela distância entre alunos e professores, além do tempo que os separam. No entanto, Mattar (2011, p.3) reforça que:

ao contrário da separação espacial, que normalmente marca a EAD, a separação temporal tem sido cada vez menos essencial para defini-la, já que novas tecnologias possibilitam realizar valiosas atividades síncronas (MATTAR, 2011, p.3).

A Educação a Distância não é função exclusiva do professor e sim desempenhada por um conjunto de profissionais de áreas distintas, mas com o objetivo comum de planejar e implementar um processo de ensino-aprendizagem efetivo, pois sem essa harmonia a EAD não acontece. Ela é desenvolvida basicamente pelos seguintes profissionais: coordenadores (de curso, de tutoria e de polo), autores (professores conteudistas), tutores (presenciais, de laboratório e a distância), técnicos (de informática, de laboratório e específicos de cursos), Web (design e roteirista) e de secretaria (registro acadêmico), que se preocupam com a qualidade dos materiais e condições de aprendizagem (MOORE, KEARSLEY, 2013).

Moore e Kearsley (2013) afirmam ainda que a EAD ocorre de forma virtual, em uma plataforma na internet à qual alunos e professores têm acesso, denominada de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É nela que os professores disponibilizam o material didático (livro-texto, aulas gravadas, listas de exercícios, textos complementares, *links* para pesquisa etc.), o guia do estudante, o plano de ensino do curso e o resultado das avaliações dos alunos. O AVA possui diversas ferramentas de comunicação, como fóruns, *chats*, mensagens individuais, mural de recados, lousa interativa etc.

Embora sejam diversos os conceitos de EAD, podemos de imediato perceber o que apresentam em comum: a separação física entre professor-aluno-instituição e a utilização de diversos recursos tecnológicos e de comunicação como mediadores entre os envolvidos no processo educacional.

Vianney, Torres e Silva (2003) enfatizam o papel das TICs no conceito de EAD, uma vez que a partir do uso dos sistemas em rede, em particular dos ambientes virtuais de aprendizagem, que passaram a integrar professores e alunos em tempo real, a noção de distância entre professor e alunos modifica-se a partir do conceito de interatividade e de “aproximação virtual”.

Segundo o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a EAD é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (SANCHEZ, 2005).

No portal do MEC a Educação a Distância é definida como modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física e temporariamente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na Educação Superior.

O conceito da EAD no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a EAD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educacionais em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

O parágrafo 1º deste artigo estabelece a obrigatoriedade de existência de momentos presenciais:

§1º - A EAD organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I – Avaliação de estudantes;
- II – Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III – Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;
- IV – Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, 2005).

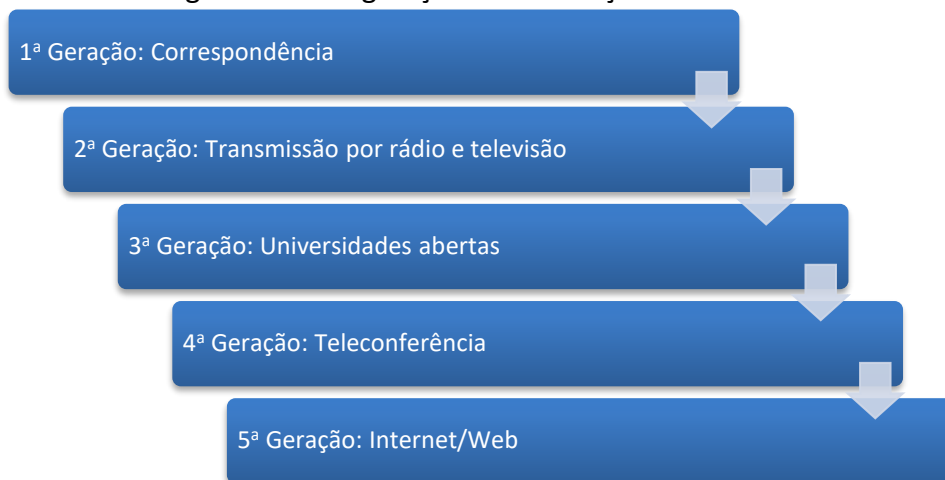
A legislação garante o cumprimento de normas nacionais que devem ser desenvolvidas pelas Instituições de Ensino objetivando qualidade na educação brasileira.

2. Evolução da EaD no Brasil

A Educação a Distância no Brasil evoluiu ao longo de cinco gerações. A primeira geração foi marcada pelo texto, e a educação acontecia por meio de correspondências. Na

segunda geração foram utilizados o rádio e a televisão para transmissão do conhecimento, atingindo um grande número de pessoas. A terceira geração foi caracterizada pela criação da Universidade Aberta. Na quarta geração iniciou-se a interação de um grupo em tempo real a distância, em cursos transmitidos por áudios e videoconferências transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores. Por fim, a geração mais recente envolve o ensino e aprendizado on-line em classes e universidades virtuais baseadas em tecnologias Web, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Cinco gerações de educação a distância.



Fonte: MOORE e KEARSLEY (2013)

Os primeiros programas criados na década de 90 eram voltados para a Formação Continuada de Professores para a Rede Pública. São exemplos dessas iniciativas o Projeto Nave em São Paulo (ALMEIDA, 2001); o Projeto Virtus em Recife (NEVES; CUNHA 2002); o Projeto do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) - Unicamp realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá (VALENTE, 2000).

Iniciativas como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são tidas como exemplos que demonstravam o interesse governamental em constituir a EAD como uma modalidade de educação capaz de democratizar o acesso ao Ensino Superior.

A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) para todos os níveis de ensino, em seu parágrafo 4º, do Inciso IV, do Art. 32, define a EAD como uma modalidade utilizada para “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”; e segundo o Inciso II, do Art. 87, cada município deve ser responsável por “prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados”.

O Art. 80 da mesma Lei estabelece que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino a Distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

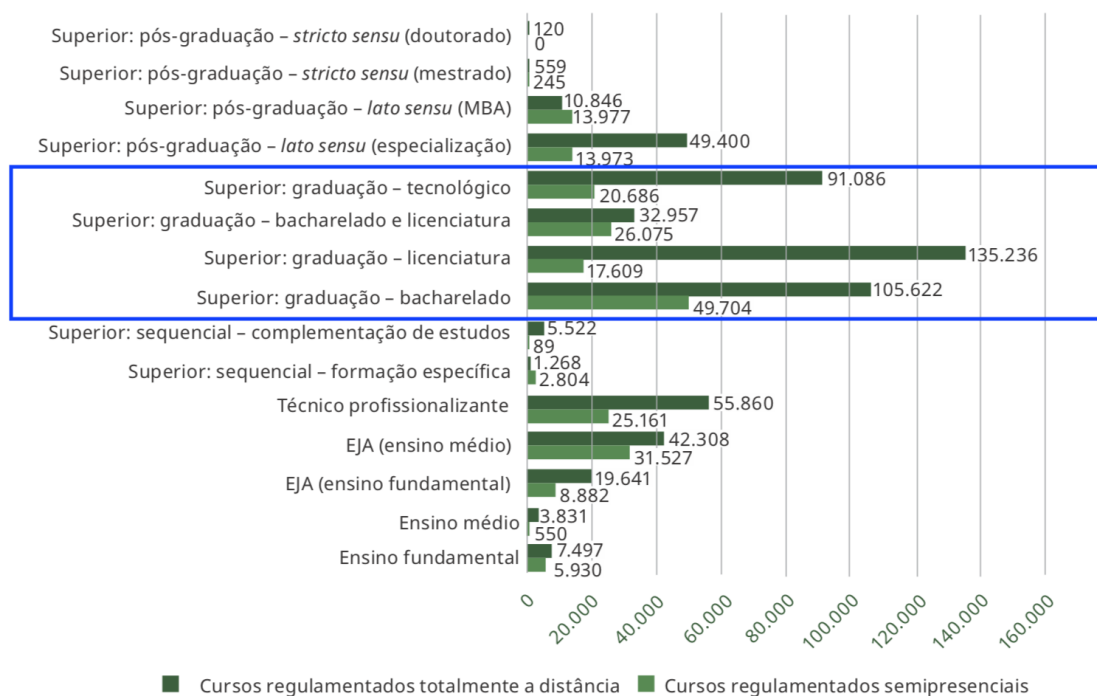
O Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, estabeleceu o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade a distância por Instituições

credenciadas pelo MEC. Com isso, expande-se o processo de produção de conhecimento acerca da EAD no Brasil e novos projetos de cursos começam a ser desenvolvidos, propondo-se inicialmente a atender aos interesses e necessidades específicas de formação de professores da Educação Básica e da Educação Superior.

Nas últimas décadas, as exigências do mercado de trabalho e as políticas governamentais têm incentivado o aumento de estudantes concluintes do Ensino Médio em nosso país, o que justifica o fenômeno do crescimento pela busca do Ensino Superior.

A modalidade do ensino presencial no Brasil ainda é o modelo tradicionalmente dominante na Educação Superior. Contudo, as estatísticas referentes aos números de alunos matriculados nas Instituições de Ensino Superior, atualmente, apontam de modo relevante para uma movimentação de matriculados na modalidade de Ensino a Distância, indicando assim o surgimento de um novo perfil de aluno. No gráfico 1 observamos o número de 364.901 estudantes matriculados em cursos de graduação a distância contra 114.074 matriculados em cursos de graduação semipresencial.

Gráfico 1: Matrículas em cursos regulamentados, em números absolutos, por nível acadêmico



Fonte: Censo EAD.BR (2017)

A conjuntura econômica e a diferença significativa entre os valores das mensalidades cobradas pelo Ensino Presencial e o Ensino a Distância são uns dos principais fatores para o crescimento deste novo modelo de Educação.

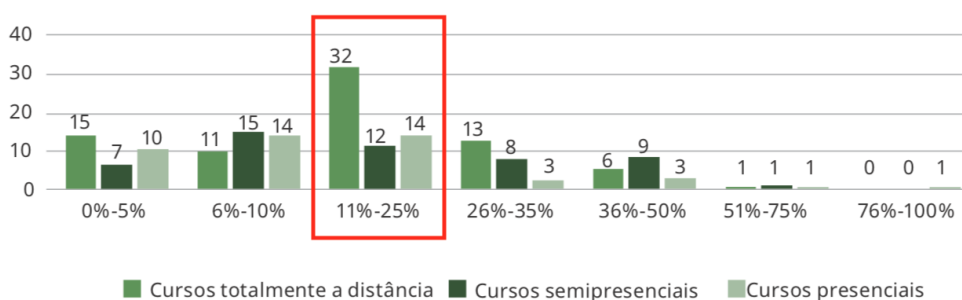
Podemos, ainda, relacionar outros fatores que favorecem a busca pela Educação a Distância, como: dificuldade de deslocamento em grandes centros, falta de tempo para frequentar sala de aula com horários definidos, localização geográfica em que não há oferta de Ensino Superior na região.

Na visão de Dourado e Santos (2011), há décadas que o tema expandir e gerar acessibilidade ao Ensino Superior é pauta política para todas as nações que estão em processo de desenvolvimento, ou que já são desenvolvidas, e no Brasil, segundo os autores, o cenário não é diferente.

Segundo Batista e Souza (2015), a quantidade de alunos matriculados em EAD evidencia o aumento expressivo da oferta de cursos nessa modalidade. No entanto, o Censo da Educação Brasileira evidencia um outro lado muito expressivo, em que o número de alunos que concluem o curso é significativamente menor em relação ao número de inscritos.

Esta questão representa um grande desafio para as instituições que oferecem EAD no Brasil, visto que há evidências de que o índice de evasão é muito mais expressivo na modalidade a distância no primeiro quarto de duração do curso, principalmente entre 11% e 25%, em que o percentual de evasão em curso totalmente a distância é muito mais significativo que nos cursos presenciais e semipresenciais, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Faixas de taxas de evasão em cursos regulamentados, em percentual



Fonte: Censo EAD.BR (2017)

Mesmo assim, um significativo número de estudantes ou profissionais utilizam o ensino a distância com o objetivo de qualificação profissional, buscando progressão na carreira ou melhores condições de inserção no trabalho, especialmente nos momentos atuais, em que o mercado é cada vez mais exigente.

Foi publicado no Diário Oficial de 26 de maio de 2017 o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que representa o novo marco regulatório para a EAD no Brasil, revogando o Decreto nº 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005, e estabelecendo o início da quebra de paradigmas da EAD no Brasil.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Pelo Art. 1º, considera-se EAD a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorra com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

O Art. 2º estabelece que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.

O Art. 4º determina que:

As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2017).

Dessa maneira vemos que algumas atividades na educação a distância devem ser realizadas presencialmente com apoio dos tutores, coordenação e direção da instituição de ensino.

3. Metodologia

O presente artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. Goldenberg (1997) afirma que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Quanto à pesquisa exploratória, Gil (2007) diz que ela tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Já a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites* (FONSECA, 2002).

A busca dos artigos foi realizada na base de dados Google Acadêmico tomando os últimos cinco anos (2013-2017). As palavras-chave utilizadas na busca foram: EAD, ensino, graduação e Brasil, sendo encontrados 15.200 resultados.

A base de dados pesquisada apresenta como classificação os artigos mais relevantes nas suas primeiras páginas. Dessa forma, foram analisados os artigos constantes das cinco primeiras páginas. A partir de então, com a leitura dos títulos dos artigos buscou-se selecionar textos que respondessem aos objetivos deste trabalho, sendo encontrados 14 textos. Como critérios de exclusão, foram retirados textos que tratassem de estudos de casos, que fossem específicos de um determinado curso ou instituição, relacionados à pós-graduação e de instituições privadas. Diante disso, foram selecionados oito artigos.

Os resultados dos dados foram realizados de acordo com a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), sendo divididos em três categorias. Categoria 1: Políticas Educacionais; Categoria 2: Polos de EAD; Categoria 3: Evasão na EAD.

4. Resultados e discussão

4.1 Categoria 1: Políticas Educacionais

Na primeira categoria foram selecionados quatro artigos que discutem as políticas educacionais brasileiras voltadas ao Ensino a Distância. A tabela 1 a seguir mostra os artigos selecionados com o título, ano de publicação, autor e publicação.

Tabela 1: Relação de artigos selecionados na Categoria 1

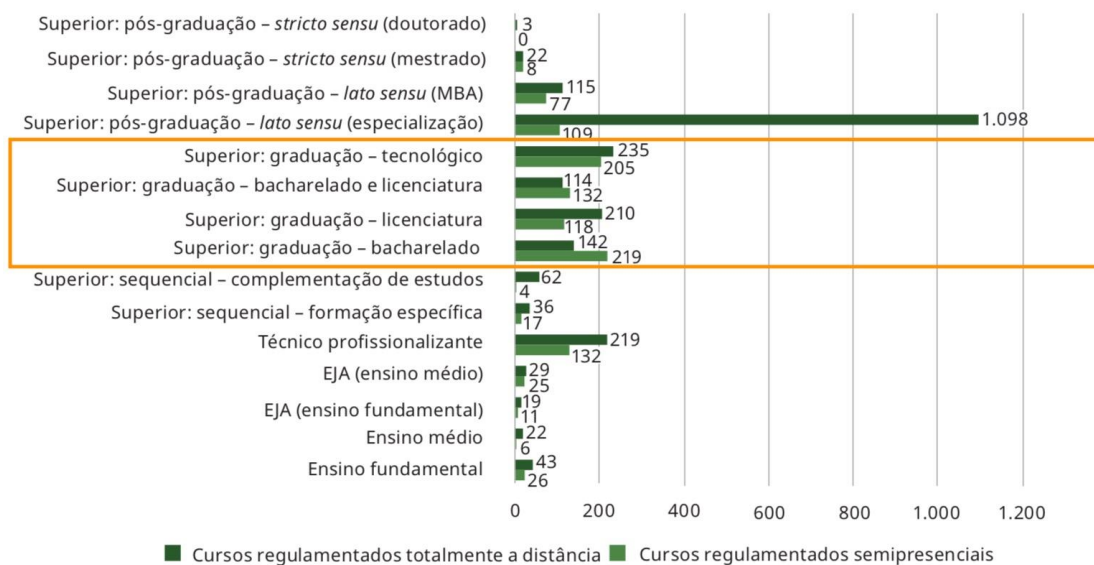
Título	Ano	Autor	Publicação
Políticas de expansão da educação superior no Brasil	2015	MANCEBO, D; VALE, AA; MARTINS, TB	Revista Brasileira de Educação
Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado	2013	QUEIROZ, BP <i>et al</i>	Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação
A expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação a Distância: instituições públicas e privadas	2013	COSTA, CJ; COCHI, CBR	Rev. Teoria e Prática da Educação
A expansão da Educação a Distância e o Ensino Superior No Brasil: caminhos tortuosos.	2013	CAVALCANTI JUNIOR, HSB; FERRAZ, IN	Revista HISTEDBR On-line

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

No estudo de Mancebo, Vale e Martins (2015) intitulado “Políticas de expansão da Educação Superior no Brasil” os autores apresentam as principais tendências desse tipo de educação no Brasil entre 1995 e 2010. Dentre eles, é destacado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Essa iniciativa estimula o aumento do número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação presencial e, principalmente, a distância.

Queiroz *et al.* (2013), no artigo intitulado “Transformações no Ensino Superior brasileiro: análise das instituições privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado” afirmam que o número de cursos de graduação a distância aumentou significativamente desde 2000. Em 2009, as Instituições ofereceram 279 cursos de graduação a distância (INEP, 2010). Já o Censo 2016 mostra um crescimento ainda maior desses números, chegando a 701 cursos de graduação em EAD ofertados no país, conforme Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Oferta de cursos regulamentados totalmente a distância e semipresenciais, em números absolutos, por nível acadêmico



Fonte: Censo EAD.BR (2017)

As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas apresentam maior agilidade na execução das políticas públicas, com destaque para a EAD, direcionando seus investimentos na localização das unidades de ensino próximo da residência dos alunos, facilitando o seu ingresso e ampliando a oferta de cursos superiores nas modalidades de tecnologias e sequenciais.

Costa e Cocchi (2013), no estudo intitulado “A expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação a Distância: instituições públicas e privadas”, apresentam que as Instituições de Ensino Superior no Brasil, públicas e privadas, têm incorporado a EAD como uma alternativa para promover o acesso ao Ensino Superior. Sendo o Brasil um país de vasta extensão territorial com inúmeras peculiaridades geográficas, além do número significativo de pessoas que precisam continuar seus estudos para atender às necessidades do mercado, o Ensino a Distância supre a demanda de qualificação profissional do brasileiro.

Cavalcanti Júnior e Ferraz (2013), no artigo intitulado “A expansão da Educação a Distância e o Ensino Superior no Brasil: caminhos tortuosos”, afirmam que a Educação a Distância ganhou importância à medida que foi influenciada pelas recentes inovações nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tornando-se assim uma via a mais para investimentos por parte do setor privado e, por outro lado, pela perspectiva do Estado, como uma solução rápida para a expansão educacional.

Por fim, a Educação a Distância contribui para elevar a qualidade do Ensino Superior no Brasil, além de alcançar o estudante aonde o ensino presencial não chega, possibilitando assim que o maior número de cidadãos brasileiros possa se preparar para o mercado de trabalho cada vez mais rigoroso.

4.2 Categoria 2: Polos de Ensino a Distância

Na segunda categoria foram selecionados dois artigos que discutem o papel dos polos de apoio presencial na Educação a Distância. A tabela 2 a seguir mostra os artigos selecionados com o título, ano de publicação, autor e publicação.

Tabela 2: Relação de artigos selecionados na Categoria 2

Título	Ano	Autor	Publicação
Desafios na gestão de EAD no contexto dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil	2014	VIEIRA, MF	3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014) 20º Workshop de Informática na Escola (WIE 2014)
O polo de apoio presencial como espaço de gestão e autonomia na EAD. As contingências na Gestão da EAD	2017	COSTA, SN; ALVES, LR	Revista on-line de Política e Gestão Educacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Vieira (2014) no artigo intitulado “Desafios na gestão de EAD no contexto dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil” afirma que existem diversos desafios para impulsionar a qualidade da Educação a Distância, e que o polo de apoio é um elemento fundamental para os encontros presenciais e demais atividades necessárias à prática dessa modalidade de ensino.

É de suma importância que os profissionais atuantes nos polos e nos *campi* da instituição de ensino formem um único ambiente sem distinções, separados apenas por limites geográficos, considerando que os polos não são células separadas do corpo principal e sim uma unidade essencial para o seu desenvolvimento sustentável. Nessa lógica, considera-se que o polo presencial é o elo entre a instituição de ensino e a comunidade acadêmica.

Costa e Alves (2017), no artigo intitulado “O polo de apoio presencial como espaço de gestão e autonomia na EAD. As contingências na Gestão da EAD”, afirmam que a gestão de um polo de EAD está diretamente relacionada ao local em que ele está inserido e ao público atendido, uma vez que o gestor deve gerenciar realidades levando em consideração traços culturais que formam a identidade do polo no espaço em que atuam. Tais realidades se moldam diante dos desafios que são propostos e das mudanças que se fazem presentes.

Tal mentalidade permite ao gestor criar, recriar, integrar um projeto de humanização, de formação e desenvolvimento flexíveis, de adaptação à era tecnológica e dos avanços dos processos de gestão no sentido de adaptação às realidades.

Quanto ao processo de organização e estruturação dos polos de apoio presencial identifica-se uma realidade contingencial, ao mesmo tempo em que se percebe que o polo constrói uma identidade cultural própria, decorrentes das necessidades de adaptações na tomada de decisão levando em consideração a realidade em que estão instalados.

4.3 Categoria 3: Evasão no Ensino a Distância

Na terceira categoria foram selecionados dois artigos que discutem a evasão na Educação a Distância. A tabela 3 a seguir mostra os artigos selecionados com o título, ano de publicação, autor e publicação.

Tabela 3: Relação de artigos selecionados na Categoria 3

Título	Ano	Autor	Publicação
A evasão na EAD: investigando causas, propondo estratégias	2017	NETTO, C; GUIDOTTI, V; SANTOS, PK	2ª Conferência LatinoAmericana sobre el abandono em educación superior
Identificação de fatores que influenciam na evasão em um curso superior de ensino à distância	2013	FERNANDES, <i>J et al</i>	Perspectivas on-line

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

11

A evasão é um assunto que preocupa a todos os envolvidos na Educação a Distância. Compreender seus motivos é um dos desafios mais sérios a serem superados nos referidos cursos.

Segundo informações divulgadas em inúmeros artigos, e em especial no Censo da EAD 2015/2016, a evasão na EAD é uma realidade cada vez mais frequente, pois apresenta números alarmantes de alunos desistentes, o que conduz à necessidade de um diagnóstico e procedimentos por parte das Instituições para evitá-la.

O Censo da Associação Brasileira da Educação a Distância (ABED 2015/2016) registrou uma evasão de 26%, com 40% das ocorrências nas instituições que oferecem cursos totalmente a distância. As instituições apontam o fator tempo para dedicação aos estudos, bem como a disciplina em relação ao cumprimento das atividades estabelecidas pelos cursos como fator mais influente no fenômeno da evasão, seguido por finanças.

Netto, Guidotti e Santos (2017), no artigo intitulado “A evasão na EAD: investigando causas, propondo estratégias”, afirmam que os principais motivos de evasão na Educação a Distância são a falta de gerenciamento do tempo destinado aos estudos e a falta de dedicação para realizar o curso a distância, tópicos estes que dependem exclusivamente do estudante.

Mesmo assim, deve haver um olhar atento por parte do professor tutor e um acompanhamento constante deste durante o processo.

Apresentam-se como estratégias eficientes para a diminuição da evasão do estudante: qualificar o corpo docente; formar docentes para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); capacitar o corpo docente em relação à EAD e estratégias de mediação a distância; divulgar a metodologia da EAD proposta na instituição; criar uma comunidade virtual de aprendizagem; estimular o diálogo e as trocas entre os pares; desenvolver trabalhos em equipe; permitir ao aluno avaliar o curso e se autoavaliar; diversificar recursos e formas de expor conteúdos e atividades.

Fernandes *et al* (2013), no texto “Identificação de fatores que influenciam na evasão em um curso superior de Ensino a Distância”, afirmam que a fim de reduzir a evasão nos cursos a distância as instituições devem atentar quanto ao acesso e à frequência do aluno no AVA, acompanhando o seu aproveitamento, uma vez que alunos reprovados em disciplina apresentaram altos índices de evasão. É necessária ainda a criação de estratégias que incentivem o estudante a utilizar intensamente os recursos eletrônicos oferecidos pelo AVA.

5. Considerações finais

Como contribuição à sociedade, mercado de trabalho e comunidade consideramos urgente a necessidade em acompanhar as inovações tecnológicas para criar possibilidades de ensino-aprendizagem em todos os espaços em que vivemos, estimulando e motivando os atores sociais.

A modalidade a distância é uma ótima opção para aqueles que vivem uma rotina agitada. Além de cuidar dos filhos, da casa, do marido ou da esposa e trabalhar, quem ainda precisa fazer faculdade pode organizar melhor seus horários para estudar, aproveitando qualquer tempo livre. Poder estudar a qualquer hora do dia e não ter que se deslocar até o lugar para assistir aula estão dentre as principais vantagens dessa modalidade de ensino. Isso sem contar que o aluno pode fazer um curso que nem está disponível em sua cidade sem ter que gastar para se deslocar a outra cidade para cursá-lo.

Os maiores desafios enfrentados nesta modalidade de ensino estão relacionados à disciplina e à organização. O resultado depende muito do aluno e da sua determinação. Por mais que exista um tutor para ajudar nas atividades, o estudante é responsável por administrar seu tempo e suas entregas de trabalhos.

A interação com os colegas de turma é muito menor que na modalidade presencial, já que ela acontece apenas em um Ambiente Virtual de Aprendizagem nas atividades em grupo, nas videoconferências ou nos momentos presenciais nos polos.

A EAD é uma modalidade que depende muito da disciplina do aluno para o alcance de bons resultados. Se o aluno não se programar para participar das atividades previstas no plano de ensino, acaba não conseguindo terminar o curso, gerando uma evasão significativa.

Outro ponto levantado como desvantagem é a falta de interação direta com outras pessoas. Muitos sentem falta da convivência humana direta e física, mas se o aluno está acostumado a se comunicar por meio de bate papo virtual com os amigos e familiares, certamente nem sentirá essa “desvantagem”, já que os cursos, em sua maioria, têm fórum que permite a comunicação dos alunos entre si e com os tutores e se necessário com os professores.

Com o objetivo de reduzir a evasão nas instituições de ensino que oferecem cursos na modalidade a distância, recomenda-se a adoção de algumas práticas estratégicas, tais como: qualificação do corpo docente, orientação dos ingressantes sobre sua corresponsabilidade no processo ensino-aprendizagem, estimulação do diálogo e a troca entre pares, além da diversificação dos recursos e formas de exposição dos conteúdos e atividades.

A legislação sobre a EAD tem sofrido constantes modificações a fim de atender as demandas da educação brasileira realizando credenciamento e o recredenciamento de instituições, além da autorização para oferta de novos cursos. Dentre elas, os polos de EAD têm uma importância significativa para o desenvolvimento das atividades presenciais obrigatórias. O polo por sua vez deve manter uma infraestrutura física, tecnológica e de docentes para atender as necessidades pedagógicas.

Referências

ALMEIDA, MEB. Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. In: ALMEIDA, F. J. (Coord.). **Projeto Nave, educação a distância**: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: [s. n.], 2001. p. 79-82.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BATISTA, CJF; SOUZA, MM. A Educação a Distância no Brasil: regulamentação, cenários e perspectivas. **Revista Multitexto**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 11-15, fev. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAVALCANTI JUNIOR, HSB; FERRAZ, IN. A expansão da educação a distância e o ensino superior no Brasil: caminhos tortuosos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, no49, p.149-163, mar2013-ISSN: 1676-258

Censo EAD.BR. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016** = Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2016 [livro eletrônico] / [organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

COSTA, CJ; COCHI, CBR. A expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação a Distância: instituições públicas e privadas. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 1, p. 21-32, janeiro/Abril 2013

COSTA, SN; ALVES, LR. O polo de apoio presencial como espaço de gestão e autonomia na EAD. As contingências na Gestão da EAD. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 17, feb. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9371>>. Acesso em: 12 feb. 2018.

FERNANDES, J *et al.* Identificação de fatores que influenciam na evasão em um curso superior de ensino à distância. **Perspectivas online**, 2013.

FONSECA, JJS. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, AC. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2010.

MANCIBO, D; VALE, AA; MARTINS, TB. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação (em linea)** 2015.

MATTAR, J. Guia de Educação a distância. São Paulo: Cengage Learning. **Portal Educação**, 2011.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.;

MARSIGLIA, RMG.; GOMES, MHA. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **O distance education: a systems view**. Belmont (USA): **Wadsworth Publishing Company**, 1996.

NETTO, C; GUIDOTTI, V; SANTOS, PK. **A evasão da EAD: investigando causas, propondo estratégias**. II Conferência Latinoamericana sobre el Abandono en La Educacion Superior. 2017.

NEVES, A.; CUNHA FILHO, P. **Virtus: uma proposta de comunidades virtuais de estudos**. In: NEVES, A.; CUNHA FILHO, P. C. (Org.). **Projeto virtus: educação e interdisciplinaridade na ciberespaço**. Recife: Anhembi Morumbi, 2000. p. 21-32.

QUEIROZ, BP et al. **Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado**. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (em linea)** 2013, 21 (Abril-Junho).

SANCHEZ, F. **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância – ABRAEAD 2005**. São Paulo: Instituto Monitor Ltda, 2005.

SANTOS, CA. **Educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas**. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG; Autêntica, 2011.

VALENTE, JA. **Educação a Distância: uma oportunidade para mudança no ensino**. In: MAIA, C. (Org.). **EAD.BR Educação a distância no Brasil na era da Internet**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2000. p. 97-122.

VIANNEY, J; TORRES, P e SILVA, E. **A Universidade Virtual do Brasil**. Disponível em: http://www.portaldeensino.com.br/ead_historico.pdf, 2003.

VIEIRA, MF. **Desafios na gestão de EaD no contexto dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil**. **3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014)**. **20º Workshop de Informática na Escola (WIE 2014)**.